



BRIGANTI^B

RESIDÊNCIA FISCAL E SUCESSÃO INTERNACIONAL

marcam a apresentação do Briganti
no Julius Baer em Zurique

>>>

Famílias e empresários enfrentam desafios complexos na gestão de patrimônios distribuídos em múltiplas jurisdições. O planejamento sucessório e tributário internacional tornou-se essencial para evitar conflitos legais, dupla tributação e burocracias desnecessárias.

No evento realizado no Julius Baer, no dia 06 de maio, o Briganti Advogados abordou os principais aspectos jurídicos e financeiros que impactam o planejamento sucessório em mais de uma jurisdição.



RESIDÊNCIA FISCAL: O QUE É E POR QUE IMPORTA?

A residência fiscal determina em qual país uma pessoa física ou jurídica será tributada.

>>>



CRITÉRIOS

PARA BRASILEIROS

Critério Subjetivo:

Para aqueles que retornarem ao Brasil, deve-se comprovar o "ânimo definitivo" de permanecer no país.

PARA ESTRANGEIROS

Critério Objetivo:

- **Visto permanente:**
Automaticamente residente ao ingressar no país.
- **Visto temporário:**
Desde que permaneça no país por mais de 184 dias, consecutivos ou não, durante um período de até 12 meses;

IMPACTOS DA RESIDÊNCIA FISCAL

- **Residente no Brasil:** Tributação sobre renda mundial (incluindo investimentos no exterior).
- **Não residente:** Tributação apenas sobre renda de fonte brasileira.

>>>

SAÍDA FISCAL DO BRASIL

PASSO A PASSO PARA A SAÍDA DEFINITIVA

1. Comunicado de Saída Definitiva (até fevereiro do ano seguinte).
2. Declaração de Saída Definitiva (até maio)
– abrange todo o período como residente.

RISCOS DA NÃO REGULARIZAÇÃO

- Se não formalizar, o contribuinte continua sendo considerado residente fiscal por 12 meses.
- Dupla Residência e Dupla Tributação pode ocorrer em razão de cada país ser soberano para definir suas regras tributárias. Aos países signatários de Tratados, existem critérios de desempate e mecanismos para evitar a bitributação.

TRIBUTAÇÃO DE INVESTIDORES NÃO RESIDENTES NO BRASIL

REGRAS GERAIS

- IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte): 15% sobre rendimentos de origem brasileira.
- IOF Incide sobre operações de câmbio.

DIFERENÇA ENTRE PARAÍÇOS FISCAIS E DEMAIS JURISDIÇÕES

- **Paraísos fiscais:**
Sem benefícios, tributação mais rígida.
- **Países com acordos de bitributação:**
Possibilidade de compensação de impostos.

Investidores que saem do Brasil podem evitar o 'come-cotas' em fundos exclusivos offshore.

LEI 14.754/2023:

NOVAS REGRAS PARA INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

MUDANÇAS PRINCIPAIS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS DIRETAS

(ações, criptomoedas, renda fixa):

- IRRF de 15% (retido na fonte ou declarado no Brasil).
- Ganho de capital: 15% a 22,5%.

ENTIDADES CONTROLADAS

(offshores, holdings):

- Tributação em regime de competência de periodicidade anual (mesmo sem recebimento), exceto se optar pelo regime de transparência.
- Imóveis no exterior: Se detidos diretamente pela pessoa física, os aluguéis podem ser taxados em até 27,5%.

>>>

TRUSTS:

- Settlor deve declarar IR no Brasil.
- Beneficiário declara após a transferência.

A lei trouxe mais clareza, mas também aumentou a carga tributária para brasileiros com ativos no exterior.

>>>



TRIBUTAÇÃO NA SUCESSÃO E DOAÇÃO: ASPECTOS CRUCIAIS

- **ITCMD na Doação e Herança:**

A reforma tributária (EC 32/2023) ampliou a possibilidade de tributação mesmo em casos de doadores ou falecidos residentes no exterior, mas ainda depende de regulamentação por Lei Complementar.

- **Riscos de Bitributação:**

Como muitos países tributam heranças e doações, brasileiros com bens no exterior podem enfrentar cobrança em mais de uma jurisdição.





SUCESSÃO INTERNACIONAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

PROBLEMAS COMUNS EM HERANÇAS MULTIJURISDICIONAIS

- **Conflito de leis:**
Cada país tem regras diferentes para inventários;
- **Bitributação sucessória:**
Imposto pode ser cobrado em mais de um país;
- **Burocracia:**
Processos demorados, especialmente em países de *common law*



ESTRATÉGIAS PARA MINIMIZAR A CARGA TRIBUTÁRIA:

- Planejamento antecipado com estruturas como holdings familiares ou trusts.
- Análise de acordos internacionais para evitar dupla tributação.
- Uso de testamentos para harmonizar as legislações aplicáveis.



O planejamento sucessório e tributário internacional exige conhecimento das legislações envolvidas. Com as mudanças recentes na tributação de ativos no exterior e os riscos de dupla residência fiscal, é **fundamental contar com assessoria especializada.**

BRIGANTI^B